



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL  
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

## **O PROFESSOR ITINERANTE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTO ANDRÉ – SÃO PAULO: REFLEXÕES SOBRE SUA CONTRIBUIÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO**

Liliane de Jesus GONÇALVES<sup>1</sup>

Tatiana Zanini da Silva PATIÑO<sup>2</sup>

Secretaria da Educação do Município de Santo André

### **INTRODUÇÃO**

A escolha em pesquisar o trabalho do professor itinerante no município de Santo André, bem como as formações oportunizadas para o mesmo está diretamente ligada ao percurso profissional por nós percorrido na Educação Inclusiva deste município, no qual pudemos fazer parte da equipe da Gerência de Educação Inclusiva da Secretaria de Educação.

Dentre tantas leituras realizadas neste percurso profissional, é notório que o favorecimento da inclusão dos alunos com deficiência na rede regular de ensino vem ganhando espaço nas discussões educacionais atuais, trazendo muitas indagações das potencialidades e dos desafios enfrentados diante dessa ação.

Ainda faz-se necessário estabelecer discussões com os professores do ensino regular e reflexões das práticas pedagógicas vivenciadas no contexto da educação inclusiva.

A pessoa com deficiência apresenta, nos dias atuais, melhores oportunidades de acesso à educação e exercício da cidadania. A sua efetiva inclusão social e educacional, contudo, ainda não foi concretizada, mas certamente deu os primeiros passos para sua consolidação.

Na perspectiva de uma escola inclusiva que atenda a todos os alunos, foi necessário pensar sobre as modalidades de atendimentos e a demanda desses alunos presentes na escola, desta maneira objetivando uma educação de qualidade onde seja valorizado o potencial de cada educando e não as suas restrições.

Nessa perspectiva a escola deve possibilitar o acesso e a permanência dos alunos com deficiência dentro da rede regular de ensino com serviços de apoio especializado, dentre destes serviços pode-se destacar o professor itinerante

---

<sup>1</sup> Liliane de Jesus Gonçalves [liligoncalves53@gmail.com](mailto:liligoncalves53@gmail.com) Pedagoga, com especialização em Educação Especial (Faculdade Anhanguera), Psicologia e Educação: Queixa Escolar e Processo de Escolarização (Escola de Artes e Ciências Humanas - EACH)

<sup>2</sup> Tatiana Zanini da Silva PATIÑO [tatizanini@yahoo.com.br](mailto:tatizanini@yahoo.com.br) Pedagoga, com especialização em Educação Especial (Faculdade São Luiz), Psicopedagogia (Universidade do Grande ABC), Psicologia e Educação: Queixa Escolar e Processo de Escolarização (Escola de Artes e Ciências Humanas – EACH)



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL  
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

Ao refletir sobre o serviço de apoio do profissional itinerante que atua na rede regular de ensino é necessário ter clareza sobre o seu papel, como também descobrir as possibilidades de atuação do mesmo. Dentre as inúmeras incógnitas sobre a atuação desse profissional, algumas inquietações se fazem presentes: Como é definida na rede pública a identidade do professor itinerante? Seriam os espaços e tempos por ele percorridos suficientes para atender a demanda?

Desta maneira o principal objetivo desse trabalho é caracterizar e refletir sobre o trabalho de assessoria feito pelo professor itinerante junto aos professores da Rede regular de Ensino no município de Santo André (ABC Paulista) Analisamos se as formações oportunizadas a estes profissionais favoreceram na qualificação de suas atribuições, a fim de buscar subsídios teóricos que possam qualificar o trabalho de assessoria realizado pela Gerência de Educação Inclusiva/ Centro de Atenção ao Desenvolvimento Educacional (CADE) por meio das Professoras Assessoras de Educação Inclusiva (PAEI).

Inicialmente, estudou-se as atribuições do professor itinerante, como um facilitador no processo inclusivo dos alunos com deficiência (Pletsch e Glat, 2007), destacando o trabalho deste profissional. Com legislação própria de um serviço de itinerância para a rede regular de ensino numa perspectiva inclusiva, foi possível verificar os avanços e os desafios encontrados, analisando as formações oportunizadas para o professor itinerante e verificando se as mesmas atenderam as demandas desses profissionais e ao mesmo tempo, se favoreceram uma escola de qualidade.

## **O trabalho itinerante**

*Combinando as qualidades fundamentais envolvidas no nível atitudinal, cognitivo, instrumental e crítico-contextual, o professor precisa ser aquele educador que, para concretizar o valer, o saber e o saber fazer, entenda, antes de mais nada, a sociedade e a educação na sociedade em suas várias dimensões (MAZZOTTA, 1993, p.40).*

Com a busca de uma escola inclusiva que atenda alunos deficiência, fez-se pensar sobre as modalidades de atendimento e a demanda de alunos presentes nas escolas, objetivando uma educação de qualidade onde o professor valorize o potencial dos alunos e não suas limitações. Nesse viés a escola deve possibilitar o acesso e a permanência dos alunos com deficiências/ Transtorno Global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação dentro da rede regular de ensino com serviços de apoio especializados, dentre estes se destaca o professor itinerante.

O serviço do professor itinerante tem como objetivo "atender as necessidades educacionais especiais dos alunos por ele atendido complementando, suplementando e servindo de apoio ao ensino comum" (BÜRKLE & REDIG, 2009,p.1).

A atual lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Nº. 9394/96 traz um capítulo voltado para a educação especial, objetivando a permanência de pessoas com necessidades especiais na escola regular. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL  
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

Educação Básica (MEC/SEESP 2001) cita a itinerância como um serviço de orientação e supervisão pedagógica, desenvolvida por professores especializados.

O profissional itinerante atua junto ao professor e os demais envolvidos no processo, inclusive o aluno, dando suporte prático e teórico à aprendizagem dos mesmos. O atendimento, geralmente se dá no interior da sala de aula; com o serviço de orientação e de supervisão pedagógica às escolas com alunos deficientes.

### **O trabalho itinerante no município de Santo André**

No município de Santo André, (ABC Paulista) o trabalho de itinerância é realizado pelas professoras assessoras de Educação Inclusiva (PAEIs). Esse trabalho teve início no ano de 1998 com a criação do Centro de Atenção ao Desenvolvimento Educacional (CADE)

...Nesse movimento, foi criado o CADE – Centro de Atenção ao Desenvolvimento Educacional - como um recurso da SEFP que desse apoio às unidades de ensino, uma vez que trabalhar com os alunos com deficiência nessa perspectiva inclusiva demandaria apoio técnico permanente aos professores e gestores no planejamento de suas atividades cotidianas. (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ; INSTITUTO PARADIGMA, 2008, p. 11)

Com a Lei nº 8.144 de 22 de dezembro de 2000 é criada a Unidade Administrativa nomeada “Centro de Atenção ao Desenvolvimento Educacional - CADE – Direitos Humanos”. Segundo a lei é competência desse serviço:

- Auxiliar o professor no diagnóstico das dificuldades relativas ao ensino e aprendizagem apresentadas, prioritariamente, aos alunos com necessidades educativas especiais;
- Orientar os professores do ensino regular de educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos e os monitores de creches que interagem com alunos com necessidades especiais;
- Propor caminhos para a superação das dificuldades encontradas, de ordem pedagógica ou clínica, nas instâncias adequadas dentro da Administração Municipal;
- Oferecer atendimento clínico em parceria com a Secretaria de Saúde;
- Estender o atendimento especializado aos demais usuários e formação aos funcionários da Unidade.



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL  
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

Os profissionais que compõem a equipe do CADE são professores da rede de ensino regular com especialização na área de deficiência como também em psicopedagogia e um coordenador, este também um professor da rede regular com especialização.

Foi apenas em 2006 que o serviço se tornou função gratificada, passando a ter um acréscimo de 30% o professor que atua junto ao CADE como Professor Assessor de Educação Inclusiva. A lei Lei nº 8.887, de 10 de novembro de 2006 muda a nomenclatura de Gerência de Educação Especial para Gerência de Educação Inclusiva, mesma lei que cria os cargos de função gratificada no Município de Santo André.

O CADE é um equipamento da Gerência de Educação Inclusiva, que é subordinado ao Departamento de Educação Infantil e ensino Fundamental da secretaria de Educação, como também percorre pelo Departamento de Jovens e Adultos.

Atualmente a equipe do CADE é composta por uma Gerente de Educação Inclusiva, uma Coordenadora de Serviço Educacional da Gerência da Educação Inclusiva, Professoras das salas de recursos multifuncionais (SRM) para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), uma Coordenadora das salas de recursos e um grupo de Professoras assessoras de educação Inclusiva (PAEIs), que realizam o trabalho de itinerância. Esse grupo é composto por vinte e quatro professoras a qual eu faço parte.

Uma PAEI atende em média de quarto a cinco unidades escolares, de acordo com a o número de <sup>3</sup>alunos deficientes, com transtorno global do desenvolvimento e alunos com altas habilidades/superdotação. Na assessoria junto aos professores essa profissional realiza ações como:

- Problematizar com o professor atividades para os alunos com deficiência / transtorno global do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades considerando suas especificidades e o contexto no qual está inserido;
- Discutir adequações de rotina para o aluno com deficiência/TGD ou superdotação;
- Contribuir na elaboração do planejamento do professor, visando à gestão participativa da sala de aula;
- Levantar com o professor, objetivos específicos ao aluno, quando se fizer necessário;
- Registrar as orientações e encaminhamentos discutidos;
- Auxiliar no preenchimento da ficha de avaliação;
- Proporcionar formação sobre deficiência/ TGD e altas habilidades e sobre o processo de educação inclusiva, dentro do horário de trabalho dos professores;
- Repertoriar o professor com textos/materiais sobre Educação Inclusiva (por e-mail, em textos, etc);
- Socializar o diagnóstico e registro de anos anteriores do aluno com deficiência, TGD e altas habilidades;

---

<sup>3</sup> Atualmente a rede municipal de Santo André atende alunos deficientes e com transtorno global do desenvolvimento (TGD), não atende alunos com altas habilidades, pois não há nenhum aluno na rede.



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL  
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

- Trocar as ações realizadas na Sala de Recursos.

A PAEI também tem as responsabilidades de ações junto aos alunos como:

- Apropriar-se de informações sobre diagnóstico e acompanhamento clínico e terapêutico do aluno, por meio da leitura de relatórios (quando houver), bem como dos registros sobre o desenvolvimento do mesmo nos anos anteriores;
- Observar e interagir junto ao aluno, em sala de aula, realizando mediações pedagógicas;
- Observar e interagir com o aluno nos diferentes espaços da Unidade Escolar;
- Registrar o que é significativo sobre o desenvolvimento do aluno;
- Realizar em conjunto com o professor, sondagem do conhecimento da Língua e da Matemática para qualificar as intervenções junto ao aluno e ao professor;
- Observar o aluno na Sala de Recurso para realizar a mediação entre este espaço e a Unidade Escolar;
- Realizar formação com os alunos sobre temas relacionados à Educação Inclusiva;
- Propor adaptações de materiais, quando necessário (engrossador de lápis, prancha temática, etc);
- Encaminhar aluno com deficiência transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades para avaliação/triagem.

Com as famílias dos alunos cabe a PAEI:

- Realizar formação;
- Realizar reunião, mediante a necessidade, para ouvir, dar orientações e fortalecer a parceria, tendo ou não, a participação da Equipe Diretiva;
- Registrar orientações e encaminhamentos feitos com os familiares;

O trabalho da PAEI deve ter uma parceria com a Equipe diretiva da Unidade Escolar, e se necessário realizar formação com demais funcionários como merendeiras, agentes de limpeza, monitores de informática, Inglês e Educação Física.

Além do trabalho pedagógico e de formação essa profissional tem a função de estabelecer parcerias com os profissionais da saúde, participando de encontros visando elucidar o diagnóstico e as características do aluno, como também acompanhamentos clínicos e terapêuticos. Registrar orientações e encaminhamentos feitos com os diferentes parceiros da saúde. Acompanhar junto ao Assistente Pedagógico e família, as devolutivas dos alunos encaminhados para a avaliação multidisciplinar realizada em parceria com a Faculdade de Medicina do ABC. Parceria com a equipe técnica do CADE.

O CADE conta também com profissionais da saúde sendo eles: fonoaudiólogos, psicólogos e Terapeuta Ocupacional.



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL  
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

## Método

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa ação pelo fato das pesquisadoras serem professoras da rede onde foi realizada a pesquisa. Segundo Dutra et al (2005 apud NUNAN 1992, p. 229) define-se por pesquisa-ação “uma forma de auto-questionamento reflexivo, conduzido por profissionais, com o objetivo de resolver problemas, melhorar a sua prática, ou ampliar a sua compreensão de um problema.”

É somente pela análise crítica de sua prática pedagógica, conforme destacada pela pesquisa-ação, que o profissional terá maior compreensão de todo o percurso por ele desenvolvido.

De acordo com Engel (2000) os pesquisadores deveriam transformar suas próprias práticas em objeto de pesquisa, tendo a pesquisa-ação como o instrumento ideal para uma pesquisa relacionada à prática.

## Procedimento de coleta de dados

A partir da autorização obtida junto à Secretaria de Educação do Município de Santo André, a coleta de dados foi realizada em duas etapas:

- a) Documental: Levantamento dos documentos referentes à legislação, diretrizes e orientações publicados pela Secretaria de Educação e registros das reuniões de formação oferecidas às professoras itinerantes
- b) Entrevista com seis professoras do Ensino Fundamental da rede municipal de Santo André que são assistidas por professoras itinerantes

## Resultados da pesquisa

Foram entrevistadas 6(seis) professoras que em sua turma possuem alunos participantes da política de Educação Inclusiva e atuam no Ensino Fundamental no município de Santo André utilizando um questionário semi-estruturado com 11 (onze) questões (anexo I).

A sistematização dos dados obtidos pode revelar os resultados a seguir.

Quadro 1 – Participantes

Professoras	Formação	Tempo de serviço	Tempo na unidade escolar
P1	Pedagogia c/ especialização	12(doze) anos	3(três) anos
P2	Pedagogia c/ especialização	19 (dezenove) anos	3 (três) anos
P3	Pedagogia	2(dois) anos	1(um) ano e 6 (seis) meses



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL  
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

P4	Pedagogia	26 (vinte e seis) anos	3 (três) anos
P5	Pedagogia c/especialização	5 (cinco) anos	4 (quatro) meses
P6	Pedagogia c/especialização	26 (vinte e seis)	5 (cinco) anos

O tempo de atuação na área do magistério tem uma variável de 2(dois) a 26 (vinte e seis anos) de efetivo exercício. A formação inicial dessas professoras é na área da Pedagogia, sendo que 4(quarto) possuem especialização voltada para a área da educação.

A média de alunos pertencentes à política de Educação Inclusiva por turma é de 1(um) a 2(dois) alunos.

O tempo médio de atuação das professoras na Unidade Escolar foi de 4 (quatro) meses a 5(cinco) anos.

Foi evidenciada pelas professoras entrevistadas a participação da PAEI na elaboração dos planejamentos, objetivos específicos para atender a especificidade de cada aluno e estratégias para o trabalho com o mesmo. Descritas a seguir:

Prof<sup>ª</sup> 1 “A assessora participou dos planejamentos, na elaboração dos objetivos e estratégias de cada aluno deficiente, bem como acompanhou o aluno no decorrer do ano letivo.”

Prof<sup>ª</sup> 2 “Auxilia na elaboração dos objetivos específicos de acordo com as necessidades do aluno”

Prof<sup>ª</sup> 3 “Auxiliou no planejamento, na adaptação de atividades, como também de materiais necessários, me orientou a respeito do trabalho com o aluno, e socializou comigo informações e relatórios dos terapeutas”.

Prof<sup>ª</sup> 4 “Auxilia com sugestões, observações, encaminhamentos e com apoio nos momentos necessários.”

Prof<sup>ª</sup> 5 “A professora assessora visita a escola em média uma vez na semana, quando permanece interagindo com a criança por algum tempo, acompanha as reuniões de conselho de ciclo e faz os encaminhamentos aos serviços disponíveis no município.”

Prof<sup>ª</sup> 6 “As professoras assessoras fazem um trabalho individualizado com os alunos de inclusão proporcionando-lhes a atenção que muitas vezes não conseguimos dar. Além disso, auxiliam, orientam como proceder em relação a cada aluno”.

Fica nítido nessa questão que cada professor relata a ação da assessora que é mais significativa para ele.



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL  
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

Quando foi solicitada a opinião das professoras a respeito do trabalho de assessoria prestado pela PAEI o resultado obtido foi o seguinte:

Profª 1 “Esse trabalho é de fundamental importância, pois muitas vezes o professor não tem conhecimento suficiente para desenvolver um trabalho com esses alunos”

Profª 2 “Acho que o trabalho da assessora pode contribuir muito com o trabalho realizado pela professora m sala de aula, principalmente na reflexão e na elaboração de estratégias que possam (garantir) promover a aprendizagem do aluno”

Profª 3 “tem um bom desempenho”

Profª 4 “É um trabalho necessário e que vem sendo e tendo avanços, penso que pode melhorar com ampliação dos serviços, tais como adaptações de materiais e de equipamentos”

Profª 5 “Muito importante, porém insuficiente. A quantidade de alunos sob a responsabilidade de cada assessora inviabiliza um acompanhamento mais eficaz”

Profª 6 “Em especial a professora que me assessora só merece elogios. Há respeito por mim e pela turma e pela inclusão. Creio que ela desenvolve um excelente trabalho”

Nessa questão, a fala das professoras mostra a necessidade e a importância do trabalho da professora itinerante, mas por outro lado, também evidenciou uma importante insuficiência operacional, que é o número de alunos atendidos por cada PAEI.

Quando questionadas se a assessoria prestada auxilia o trabalho das professoras em sala de aula as mesma se manifestaram da seguinte forma:

Profª 1 “Sim, acompanhando na elaboração e execução do planejamento e também no acompanhamento direto com aluno.”

Profª 2 “Contribuiu para a elaboração do planejamento e de estratégias, fazendo acompanhamento individualizado, fazendo encaminhamentos necessários.”

Profª 3 “Sim dando apoio necessário a criança, ajudando a desenvolver as atividades.”

Profª 4 “Como já disse permite que haja uma ampliação de possibilidades, pois em conversas conseguimos clarear informações e adaptar matérias, atividades.”

Profª 5 “Muito pouco, porque embora haja boa vontade para preparar os materiais e dar orientações, fica difícil intervir com os alunos como desejável”.

Profª 6 “Auxilia na maioria das vezes orientando e passando-nos informações que não conhecemos do caso.”

As professoras assessoras de Ed. Inclusiva (PAEI) desempenham papel fundamental no desenho da estrutura pedagógica escolar, uma vez que desenvolvem estratégias de sistematização, intervenção e avaliação dos trabalhos realizados pelas professoras de sala





VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL  
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

regular, às quais são atribuídas ações de educação inclusiva além das atividades no plano da educação regular.

Cerca de 70% das PAEIS são responsáveis por 4(quatro) ou 5 (cinco) unidades escolares e, as professoras responsáveis por apenas uma ou duas unidades são responsáveis também por outras unidades escolares que acolhem a Educação de Jovens e Adultos.

Desta forma, uma PAEI tem agenda para cada escola apenas uma vez por semana, tornando carente o suporte oferecido às professoras de sala regular, pois se percebe a inclusão dos estudantes com deficiência para professoras de rede regular, em sua maioria, sem formação na área da deficiência.

Isso se evidencia na fala de 4 (quatro) das professoras entrevistadas, da seguinte forma:

Profª 1 “Acredito que o caminho está correto, porém deveria haver uma assessora por escola.”

Profª 2 “A assessoria contribui muito para que se efetive um trabalho realmente significativo para um aluno, por isso poderia ter uma frequência maior”

Profª 3 “Em unidades escolares onde se constate uma quantidade relativa de inclusões a assessora do CADE deveria permanecer exclusivamente nessa unidade realizando trabalho de parceria com a professora junto à criança, não apenas de orientações.”

Profª 4 “Em minha opinião a qualidade do trabalho é excelente, creio que poderiam ter mais professoras especializadas para estarem diariamente nas escolas”.

É possível perceber nessa questão que de certa forma as professoras ficam dependentes do serviço de assessoria, embora o papel da PAEI seja de orientação, auxílio e complementação do trabalho da professora da classe regular. Fica nítida também a fragilidade da identidade desse profissional, pois os professores a enxergam como um professor de apoio ao aluno com deficiência/ TGD ou altas habilidades.

O estudo relata as expectativas dos professores da sala regular com relação ao aluno participante da política de Educação Inclusiva, da seguinte forma:

Profª 1 “Que ele se desenvolva, respeitando seus limites e limitações”

Profª 2 “Realizar um trabalho que seja realmente significativo e que contribua para o desenvolvimento deste aluno. Espero que gradativamente eu consiga realizar um trabalho mais efetivo para isso, conto com a ampliação e melhorias nas condições de trabalho e de atendimento a este aluno”

Profª 3 “A minha expectativa é dentro da realidade de hoje”

Profª 4 “Que possa como os demais desenvolver da melhor forma possível as suas potencialidades”



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL  
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

Prof<sup>ª</sup> 5 “Que ele conquiste sempre mais e melhores habilidades, autonomia sociabilidade e respeito.”

Prof<sup>ª</sup> 6 “Fazemos o que nos é possível, portanto, minha expectativa é de um lento avanço. Esperamos e trabalhamos para que não haja retrocesso.”

É possível perceber nessa questão que a expectativa em relação aos alunos deficientes ainda é baixa, uma vez que espelha-se nas dificuldades apresentadas por esses alunos e não nas suas potencialidades.

### **Discussão**

O discurso da Educação Inclusiva apregoa que a escola deve se adaptar para atender as necessidades de seus alunos, demonstrando compromisso e flexibilidade para que a aprendizagem possa ser amplamente consolidada. É a escola que deve se adaptar à criança e não o contrário, como acontecia anteriormente. Diante disso, impõem-se algumas reflexões sobre quais os meios efetivos para concretizar ações escolares inclusivas. Importa, igualmente, questionar como educar para a aprendizagem comum, porém sem desconsiderar as especificidades pedagógicas dos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades.

Diante da pesquisa realizada, foi possível constatar que o professor itinerante é de muita importância dentro do contexto escolar, tornando-se um facilitador no processo inclusivo, sendo assim, necessário existir o papel deste profissional no ensino regular.

É este profissional que dará o suporte ao professor da sala regular, sendo o problematizador na reflexão das práticas pedagógicas da sala regular, orientando o professor, levantando as adequações necessárias para atender as especificidades dos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, além de subsidiar teoricamente o professor.

No entanto, foi possível observar a necessidade sistemática de encontros entre o professor itinerante e o professor da sala regular, constatando que o momento de conversa entre os dois profissionais acontece esporadicamente em algumas escolas municipais, enfraquecendo o trabalho, uma vez que o professor itinerante acaba tendo uma postura muito mais de executor de ações, ao invés de ter um papel reflexivo junto ao professor, pela falta de tempo ou até mesmo de organização das escolas municipais.

A análise das formações oportunizadas em horário de trabalho para os professores itinerantes, propiciaram a reflexão de que essas formações devem possibilitar que este profissional reflita junto ao professor da sala regular sobre o fazer pedagógico, logo, as formações tem de atender a essa questão. Assim, as formações que tiveram como temáticas a necessidade de qualificar as observações na sala de aula, refletirem sobre o fazer pedagógico, considerando as adequações curriculares e os recursos tecnológicos necessários, atenderam a demanda, pois estavam diretamente ligadas a qualificar a prática pedagógica da sala de aula regular, com enfoque na diversidade dos alunos.

Também é por meio da prática pedagógica que poderemos trabalhar com as barreiras atitudinais encontradas nas escolas, uma vez que refletiremos sobre as concepções que estão



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL  
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

intrínsecas nessas atitudes. Esta ação foi discutida no momento de formação das PAEI, fortalecendo-as para conseguirem ampliar essas discussões na escola regular.

Sendo uma das ações do professor itinerante o aspecto formativo, a formação sobre como elaborar uma pauta formativa também foi significativa, uma vez que ampliou o olhar no aspecto formativo, possibilitando novas práticas no momento de formação nas escolas regulares.

Saber sobre as especificidades de cada deficiência também é necessário, porém é o assunto que esses profissionais mais pesquisam com autonomia, salientando que os mesmos já tinham passado por formações sobre as deficiências em outros anos de seus percursos profissionais como professor itinerante.

### **Considerações finais**

Os documentos e diretrizes que contribuíram para discutir e qualificar as práticas pedagógicas inclusivas ainda advém, em sua grande maioria, das legislações vigentes, no entanto, poucas ações que efetivem este trabalho são observadas nas escolas regulares.

É necessário realizar estudos junto aos professores da sala regular, enfatizando a necessidade de pensar na diversidade no momento de planejar as atividades diárias. É importante resgatar a importância de existir salas de aulas com alunos heterogêneos, uma vez que se oportuniza o compartilhamento de saberes, de aprendizagem coletiva, no qual um aluno pode contribuir com o outro, juntamente com a orientação da professora. O foco é desmistificar práticas rígidas que não considerem as especificidades de cada aluno, buscando conhecer como e em qual ritmo cada aluno aprende.

As práticas pedagógicas que de fato conhecem a maneira como os alunos aprendem e respeitam o tempo do aprender de cada aluno, ainda é pouco percebida no contexto escolar, por isso a necessidade dos profissionais que trabalham com os professores fazerem mediações que condizem com esta prática.

No entanto, não adianta os profissionais da Gerência de Educação Inclusiva estarem empenhados em qualificar o fazer pedagógico do professor, se a estrutura da escola não disponibilizar um tempo para esse profissional refletir junto ao professor; desta forma, atualmente, o maior desafio está em organizar um tempo para que essas reflexões aconteçam, pois muitas vezes o horário de trabalho coletivo está tomado por outras ações, não sendo possível a utilização do mesmo.

Vale ressaltar que ao se trabalhar numa perspectiva inclusiva, o ensino especial não está sendo descartado do trabalho educacional, uma vez que para alguns alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação ele ainda é importante, assim, faz-se necessário estabelecer um trabalho em parceria entre o ensino regular e o ensino especial numa perspectiva inclusiva, propiciando a interlocução e a necessidade de estabelecerem objetivos comuns, ação indispensável para propiciar um ensino de qualidade.

O trabalho com os diferentes profissionais que compõe a equipe da Gerência da Educação Inclusiva (professores itinerantes, professores das salas de recursos multifuncionais, fonoaudiólogos, psicólogos, terapeutas educacionais com enfoque de qualificar a inclusão dos alunos com deficiência, nos mostram que a organização que se compõe o trabalho inclusivo do município de Santo André, favorecem que diferentes profissionais, com diferentes ações, buscam uma política inclusiva que qualifique a inclusão dos alunos com deficiência no



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL  
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

contexto da sala regular. Este serviço somente é possível, uma vez que há uma parceria entre esses profissionais, pois caso contrário, as ações se tornarão fragmentadas. Essas ações acontecem por meio de reuniões agendadas, relatórios, orientações as Unidades Escolares e formações.

É necessárias fomentar outras questões como ‘que o professor itinerante espera do professor da sala regular com o aluno deficiente, após as suas orientações e auxílio? Os professores da sala regular têm a clareza das funções do professor itinerante?’

As professoras assessoras de Educação Inclusiva desempenham diversas funções dentro das unidades escolares, além de todas que lhes são atribuídas. Na prática elas atuam também como agentes de mediação, sensibilização e mobilização pró-inclusão junto a todos os personagens, diretores, assistentes pedagógicos, professores regulares e demais funcionários, responsáveis pela condução cotidiana da vida escolar. Seu trabalho, portanto, não se limita à questão pedagógica *stricto sensu*, envolvendo a esfera da cultura e dos valores constitutivos das relações intra-escolares e da escola com a comunidade entorno.

Transformar a proposta de educação inclusiva numa tarefa de todos os personagens que dão vida às relações escolares acaba sendo um dos principais papéis que essas profissionais necessitam realizar.

Se de fato, a educação inclusiva acontecesse com qualidade, não haveria a necessidade de existir a assessoria da PAEI, no entanto, não é isto que avalio que acontece no município de Santo André, havendo sim, a necessidade destes profissionais nas Unidades Escolares, problematizando junto aos professores o trabalho pedagógico frente aos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

## Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_, Decreto 6.571, de 17 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o atendimento educacional especializado**, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto n. 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília: Senado, 2008.

\_\_\_\_\_, Lei n. 8069/90. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília: Diário Oficial da União, 13 de julho de 1990.

\_\_\_\_\_, Lei n. 4024/61. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** de 20 de dezembro de 1961.

\_\_\_\_\_, Lei n. 5692/71. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** de 11 de agosto de 1971.

\_\_\_\_\_, Lei n. 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Diário Oficial da União, 20 de dezembro de 1996.



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL  
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

\_\_\_\_\_, Lei nº 8144, de 22 de dezembro de 2000. **Dispõe sobre a criação da Unidade Administrativa denominada “Centro de Atenção ao Desenvolvimento Educacional – CADE – Direitos Humanos e dá outras providências.** Santo André, 22 dez. 2000. Disponível em: <http://www.leismunicipais.com.br/legislacao-de-santo-andre/387860/lei-8144-2000-santo-andre-sp.html>. Acesso em: 3 ago. 2012.

\_\_\_\_\_, Lei nº 8233, de 14 de setembro de 2001. **Dispõe garantia de matrícula na rede de ensino municipal aos portadores de necessidade especial na escola mais próxima de sua residência.** Santo André: Câmara Municipal de Santo André, 14 set. 2001. Disponível em: <http://www.leismunicipais.com.br/legislacao-de-santo-andre/387521/lei-8233-2001-santo-andre-sp.html>. Acesso em: 3 ago. 2012.

\_\_\_\_\_, Lei nº 8887, de 10 de novembro de 2006. **Dispõe sobre a criação de cargos e funções gratificadas da Prefeitura Municipal de Santo André.** Santo André, 10 nov. 2006. Disponível em: <http://www.leismunicipais.com.br/legislacao-de-santo-andre/481829/lei-8887-2006-santo-andre-sp.html>. Acesso em: 3 ago. 2012.

\_\_\_\_\_, MEC. SEF. **Programa de formação de professores alfabetizadores.** Brasília: MEC/Secretaria de Educação Fundamental, 2001. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Profa/col\\_2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Profa/col_2.pdf). Acessado em: 10 jul. 2011.

BÜRKLE, T. da S. & REDIG, A. G. **Professores itinerantes e professores de turma regular: um trabalho colaborativo em busca de uma educação de qualidade.** In: Anais do V Congresso Multidisciplinar de Educação Especial. Londrina, 2009.

PLETSCH, M. D. **O professor itinerante como suporte para educação Inclusiva em escolas da rede municipal de educação do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

PLETSCH, M. D.; GLAT, R. **O ensino itinerante como suporte para a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais na rede pública de ensino: uma abordagem etnográfica.** Centro de Altos Estudios Universitarios de la Organización de Estados Iberoamericanos (CAEU/OEI): Revista Iberoamericana de Educación, 2007, nº 41/2. Disponível em: <http://www.rieoei.org/experiencias139.htm>. Acessado em: 10 jun. 2012.

2012.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ; INSTITUTO PARADIGMA, Secretaria Municipal de Educação e Formação Profissional. **Balanco Social – História da Educação Inclusiva no Município de Santo André (SP).** Santo André: Secretaria Municipal de Educação e Formação Profissional, 2008. Disponível em: <http://institutoparadigma.org.br/site09/cms/uploads/editorial/9/BSSA.pdf>. Acesso em: 18 jul.

\_\_\_\_\_, **Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE 2011/2020):** projeto em tramitação no Congresso Nacional / PL no 8.035 / 2010 Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. 106 p. – (Série ação parlamentar; n. 436).

\_\_\_\_\_, Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica.** Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2001a.



VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL  
Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X

\_\_\_\_\_, Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.** Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2009.

\_\_\_\_\_, Secretaria Municipal de Educação e Formação Profissional. **Educação Inclusiva – Plano de 1997.** Santo André: Secretaria Municipal de Educação e Formação Profissional, 1997.